

**EXTENSÃO POPULAR E MOVIMENTOS DE LUTA POR
MORADIA: A ATUAÇÃO DO NÚCLEO DE EXTENSÃO POPULAR
FLOR DE MANDACARU NA OCUPAÇÃO TIJOLINHO
VERMELHO**

MELLO, Breno¹
ASSUNÇÃO, Iuri²
LOPES, Kayo Sérgio³
SILVA, Philipe Cupertino Salloum⁴
EFREM FILHO, Roberto⁵

Centro de Ciências Jurídicas/Departamento de Ciências Jurídicas/PROBEX

RESUMO

O Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru (NEP), vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, é um projeto de extensão que atua através da Assessoria Jurídica Universitária Popular e da Educação Popular com movimentos sociais e comunidades populares. Atualmente, o NEP possui eixos de atuação nas temáticas do direito à moradia digna e adequada, direito ao trabalho e gênero. Nesse artigo apresentaremos algumas reflexões acerca dos trabalhos desenvolvidos pelo NEP Flor de Mandacaru na ocupação urbana “Tijolinho Vermelho”, através da parceria com o Movimento Terra Livre dentro do eixo de direito à moradia. As questões levantadas aqui dizem respeito à compreensão dos membros do NEP acerca da questão fundiária urbana e do déficit habitacional após o acompanhamento das atividades realizadas na ocupação “Tijolinho Vermelho”.

PALAVRAS-CHAVE: Direito à cidade. Direito à Moradia. Educação Popular

INTRODUÇÃO

O Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru (NEP) iniciou seus trabalhos em 2007. Desde o seu início, o NEP concentrou esforços em atividades que buscavam envolver sujeitos políticos atingidos por conflitos fundiários. A primeira experiência do Núcleo se deu junto à questão da demarcação das terras quilombolas na comunidade de Paratibe, em João Pessoa. Ao lado das Associações Comunitárias daquele local, o NEP promoveu ações com intuito de fomentar o debate acerca da importância da organização

¹ Discente colaborador. Email: brenode@hotmail.com

² Discente bolsista. Email: iuriassuncao@gmail.com.

³ Discente colaborador. Email: kayopokerstars@hotmail.com

⁴ Discente colaborador. Email: phillipecupertino@hotmail.com

⁵ Professor orientador. Email: robertoefremfilho@yahoo.com.br

popular, dos efeitos da especulação imobiliária e da luta pelo direito à terra e ao território.

No ano de 2010, o NEP passou a atuar também junto a movimentos camponeses ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, e à Comissão Pastoral da Terra, a CPT. Passou-se, então, a acompanhar o “caso Pocinhos”, um caso emblemático de violência no campo na Paraíba. Em parceria com o Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH) da UFPB, o NEP realizou um mapeamento dos processos judiciais vinculados aos sujeitos envolvidos no fato. Esse trabalho se estenderia até o ano 2011. Concomitantemente, o NEP atuou junto aos/as trabalhadores/as posseiros(as) das fazendas Quirino, Olindina e Caiçara, localizadas no município de Juarez Távora, também na Paraíba. Lá, o NEP oportunizou ações de educação popular e acompanhou os/as trabalhadores(as) e seus advogados em audiências judiciais, audiências públicas, protestos públicos etc., até a conquista da área pelos(as) trabalhadores(as). As terras das fazendas se converteriam num assentamento chamado Novo Horizonte.

É importante mencionar que o desenvolvimento da educação popular no processo de assessoria se faz presente em todos os momentos supracitados, tendo em vista a necessidade do NEP de dialogar com as lutas sociais. Busca-se, com isso, não se limitar apenas ao acompanhamento jurídico ou processual, mas também possibilitar que os sujeitos envolvidos – inclusive estudantes e docentes – percebam as contradições relacionadas às políticas fundiárias e reconheçam na organização popular uma forma de superação da problemática enfrentada.

DESENVOLVIMENTO

Atualmente, o NEP vem assessorando movimentos sociais urbanos no município de João Pessoa. Tais movimentos se organizam em torno das lutas por reforma urbana e por moradia digna e adequada. A assessoria se faz necessária dentro de um contexto de amplas desigualdades socioespaciais que ultrapassam o âmbito de estudos jurídicos. A título de ilustração, de acordo com o Censo Demográfico (IBGE, 2010), no Brasil há 6,1 milhões (9,0%) domicílios vagos, isto é, prédios construídos mas não habitados, entre 67,5 milhões de domicílios visitados. Ao mesmo tempo existem 11,4 milhões de brasileiros e brasileiras (6,0%) vivendo em aglomerados

subnormais, sendo que na região metropolitana de João Pessoa são 101.888 pessoas (8,5%).

No dia 19 de abril de 2013, o Movimento Terra Livre, juntamente com várias famílias advindas de regiões periféricas da cidade de João Pessoa – Roger, Rio da Bomba, Padre Zé, Mandacaru etc. – ocuparam um prédio abandonado há mais de dez anos no centro da cidade, o Hotel Tropicana, dando origem à ocupação “Tijolinho Vermelho”. Desde que tomou conhecimento da ocupação, o NEP passou a desenvolver atividades que pautam as formações políticas e de base dos/as moradores/as do prédio, utilizando os pressupostos da educação popular e das ações dialógicas entre a prática extensionista e os sujeitos políticos com que o NEP decidiu atuar.

A assessoria jurídico-processual se iniciou a partir da ocorrência da ação de reintegração de posse⁶. Tal ação tem a União enquanto parte autora e objetiva despejaras mais de 200 famílias do prédio. A atuação do NEP no “Tijolinho Vermelho” possibilitou a aproximação dos moradores da referida ocupação à Defensoria Pública da União e ao Ministério Público Federal. A ação articulada entre o NEP e esses órgãos resultou na Ação Civil Pública⁷ em face da União bem como na realização da Audiência Pública ocorrida no dia 24 de maio de 2013. Os/as integrantes do NEP têm, então, acompanhado as audiências judiciais e públicas e viabilizado o diálogo entre as famílias de moradores da ocupação e aqueles órgãos.

A mencionada Ação Civil Pública visa promover a defesa dos direitos fundamentais de dezenas de famílias em situação de vulnerabilidade social e que, por absoluta necessidade, ocuparam o prédio do antigo “Hotel Tropicana”, todas com objetivo de exercerem o seu direito social à moradia digna.

A referida ação possibilita, inicialmente, aos moradores da ocupação a garantia do direito fundamental à assistência jurídica integral e gratuita à população em vulnerabilidade social, conforme assegura o art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, umbilicalmente ligado ao direito fundamental do acesso à Justiça, consagrado no art. 5º, XXXV, da CF. Não obstante, aponta a legitimidade passiva dos Entes Federados, em especial a União que é proprietária do imóvel em questão, no processo de concretização do direito fundamental à moradia (art. 6º, Constituição Federal), tendo em vista a obrigação constitucional solidária entre os entes (art. 23, Constituição Federal).

⁶ Processo nº 0002617-38.2013.4.05.8200.

⁷ Processo nº 0002617-38.2013.4.05.8200

Representa, nesse sentido, aos sujeitos envolvidos, tanto os estudantes universitários e os moradores da ocupação (na condição de educadores e educandos) uma oportunidade para se debater a cerca da política fundiária e urbana vigente, especialmente em relação ao descumprimento das funções sociais da propriedade (art. 5º, XXIII, Constituição Federal) e da cidade (art. 182, Constituição Federal).

A partir das experiências desenvolvidas na ocupação Tijolinho Vermelho, rompe-se com o modelo de educação formal e os limites impostos pelos estudos jurídicos. Nas atividades do NEP, “Tijolinho Vermelho” se torna palco mais que apropriado para se debater a relação entre a crise urbana, a especulação imobiliária e o instituto da propriedade privada.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada na ocupação Tijolinho Vermelho segue esses princípios de atuação. A priori, os integrantes do NEP se deparam com vários/as trabalhadores/as que viviam em situação de rua, pagavam aluguel ou estavam morando na mesma casa com várias famílias e a maioria deles/as estavam inscritos nos programas de assistência à moradia como a política de financiamento “Minha Casa, Minha Vida”. Observando essa conjuntura, optou-se por realizar a primeira formação sobre o tema da habitação digna e adequada e sobre a importância da organização popular em prol dessa luta. Utilizando material expositivo, reunimos os/as moradores/as e, logo após a apresentação de um vídeo, seguimos para um debate que se pautava em perguntas geradoras para iniciar as discussões acerca da temática⁸.

RESULTADOS

Durante todo o andamento do trabalho priorizamos a realização de formações políticas direcionadas aos/as moradores/as, sempre pautando a educação popular, no entendimento de que só a partir do diálogo se consegue viabilizar a construção de um saber mútuo e plural. O que se objetivou foi o afloramento da consciência crítica dos sujeitos, a partir de atividades que propiciassem a identificação das causas de suas necessidades concretas e situações de opressão.

⁸ Além dessas temáticas foram realizadas formações sobre Gênero e feminismo, Reforma Urbana, Movimento Passe Livre. E a que antecedeu estes escritos versava sobre o Direito à moradia e a política urbana.

A educação popular, nesse contexto, presta-se a facilitar o encontro dos sujeitos com a sua autonomia, negada pelos processos históricos, e a afirmação das lutas sociais como um instrumento dessa emancipação. Entretanto, não deve existir um tom messiânico nesse processo. A extensão não leva o conhecimento à comunidade – para “salvá-los da opressão” – e sim desnuda junto com ela as contradições fundantes das relações sociais que fundamentam a exploração e as disparidades entre o que formalmente está garantido e o que materialmente está concretizado. Nesse sentido, Paulo Freire (2011) considera que a educação não é o ato de transferência de conhecimento, mas a criação de possibilidades para que ele seja produzido. Em linhas gerais, a os/as estudantes e professores/as entendem que o seu cabedal de conhecimento não é o único no mundo e que por não estarem sozinhos/as precisam entender e ouvir os/as outras/os dentro dos processos educacionais (FREIRE, 1983).

A grande potencialidade de uma ocupação é a politização que ela provoca nos sujeitos envolvidos. O caso do “Tijolinho Vermelho” é a expressão clara e fatídica desse processo em que vários/as moradores e moradoras se tornaram líderes políticos a partir da reflexão crítica e da ação popular organizada na luta por uma moradia digna e adequada.

CONCLUSÃO

Na Ocupação Tijolinho Vermelho, o NEP coaduna a prática insurgente de assessoria jurídica universitária popular aliada à teoria crítica do Direito e aos Direitos Humanos na luta pelo direito a moradia travada pelos(as) trabalhadores(as). O grande objetivo, que se concretiza ao longo do trabalho, é desenvolver ações que visem demonstrar a potencialidade social da organização popular na luta pela reforma urbana e o direito à cidade. A politização dos(as) envolvidos(as) nas atividades de formação, nos atos públicos e nas audiências que o NEP acompanha tem como principal efeito retirar os(as) moradores(as) do estado inercial que, por vezes, os(as) atinge e os(as) relocam enquanto questionadores(as) das situações sociais, historicamente, impostas.

A proposta do NEP é aproximar a Universidade das lutas sociais e dos movimentos populares, que têm demandas concretas surgidas na sua atuação diuturna. O trabalho com o Movimento Terra Livre exhibe a importância dessas práticas conjuntas e conectadas com a realidade social e com os sujeitos políticos que estão, efetivamente,

nas ruas lutando pela transformação social e concretização dos direitos a moradia e à cidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**: resultados preliminares - São Paulo. Rio de Janeiro, 2010. v. 1, n. 4. (12º Recenseamento Geral do Brasil).

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.